

REPENSANDO O LAZER

Maria Isabel Leme Faleiros(*)

PERSPECTIVAS/18

FALEIROS, M. I. L. Repensando o Lazer. *Perspectivas*, São Paulo, 3: 51-65, 1980.

RESUMO: Considerando a existência de uma unidade particular entre “tempo de trabalho” e “tempo de não trabalho”, o lazer é encarado como um momento necessário à reposição e reprodução da força de trabalho.

UNITERMOS: Trabalho e lazer; lazer e reposição da força de trabalho; lazer e satisfação.

A escassez de estudos sobre o lazer que se apresenta no Brasil não deve ser estendida igualmente para os Estados Unidos, a União Soviética e a maior parte dos países da Europa Ocidental. A quantidade e a qualidade de pesquisas empíricas e/ou teóricas já foram suficientes para permitir a reivindicação de uma nova área da Sociologia, a “Sociologia do Lazer”.

Parte das publicações dessa área objetivam a caracterização das atividades que preenchem o tempo além da jornada de trabalho e, com frequência, não recorrem, explicitamente, a nenhuma definição de lazer. Nesse sentido, apenas apreendem, na maioria das vezes estatisticamente, o tempo gasto nas atividades mais frequentes, a correlação existente entre o grupo — enquanto ocupação,

renda, idade ou sexo — e as atividades desenvolvidas, o grau de passividade ou de participação próprio às atividades detectadas e assim por diante.

Por outro lado, grande parte dos estudos que utilizam uma definição recorrem àquela dada por Dumazedier:

“O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais” (3:34)

(*) Professor Assistente do Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e da Documentação — Campus de Marília, UNESP.

Essa definição associa as atividades de lazer à satisfação de determinadas necessidades humanas: descanso, divertimento, recreação, entretenimento e desenvolvimento da personalidade. Apesar do fato de o autor explicitar, quando propõe a sua metodologia, que o lazer, sendo parte integrante de uma "situação social e cultural de caráter global", requer um estudo das "necessidades da sociedade, de suas classes e grupos" (3:289-96), os seus trabalhos mostram, de uma maneira geral, apenas a existência de conjuntos de atividades diferenciadas, as relações existentes entre essas e outras que não são classificadas como lazer e as perspectivas quanto às tendências de manifestação dessas atividades. Buscando esgotar todas as implicações do que considera lazer, Dumazedier não consegue apanhar a dinâmica social que permite essas manifestações.

Todas as atividades desenvolvidas pelos grupos humanos objetivam a satisfação de necessidades. Mas como se processa o mecanismo de satisfação das necessidades? No caso específico do lazer, a maneira como Dumazedier entende-o e elabora suas propostas teórico-metodológicas implica uma explicação que se faz através da estrutura lógica própria ao funcionalismo.

A premissa fundamental do esquema teórico proposto por um dos elementos mais representativos dessa corrente é que todos os indivíduos têm "um corpo sujeito a várias necessidades orgânicas" (6:42), que são as mesmas e exigem satisfação *. Frente a elas, criam a cultura, isto é, "um conjunto integral de instituições. (6:46). Portanto, a cul-

tura é um conjunto de respostas culturais que estão nas instituições. A relação existente entre os três elementos — necessidades, respostas culturais e instituições — é dada pelo modelo biológico: a relação funcional. "Cada uma delas (instituições) também satisfaz um conjunto de necessidades dos internos e da sociedade em geral, e assim preenche uma função" (6:51).

Dado o conjunto das necessidades básicas (orgânicas), o homem produz respostas culturais correspondentes, reunidas em instituições que compõem o conjunto cultural. A satisfação ao nível cultural gera, por sua vez, novas necessidades: as derivadas **. Dessa maneira, a cultura aparece como uma circularidade de eventos, é um instrumento que ao mesmo tempo que satisfaz necessidades cria outras.

Sem estabelecer uma hierarquia entre elas, "... as necessidades derivadas têm a mesma força que as necessidades biológicas...". (6:118), Malinowski responsabiliza as primeiras pelo processo de mudança.

"... nenhuma invenção, nenhuma revolução, nem mudança social ou intelectual, jamais ocorre, exceto quando são criadas novas necessidades; e em consequência novos artifícios de técnica, de conhecimento ou de crença são adaptados ao processo ou a uma instituição cultural" (6:47).

Assim, a mudança impulsionada pela insatisfação ocorre a nível institucional.

Mais uma vez aparece o raciocínio circular. Na medida em que não introduz o caráter histórico das necessidades e pri-

À quisa de informação, o autor considera como necessidades básicas: metabolismo, reprodução, confrontos corporais, segurança, movimento, crescimento e saúde (6:25).

** Consideradas como sendo "... aprendizagem, pesquisa, arte, religião, direito, ética..." (6: 118).

vilegia o nível institucional, a mudança fica atrelada apenas a esse nível. Utilizando o mesmo raciocínio, Dumazedier trabalha com as necessidades que geram as atividades de lazer. Através da caracterização de algumas manifestações empíricas da sociedade, como as alterações na jornada de trabalho ou a especificidade das tarefas industriais, no conjunto sua análise fica limitada às funções que as atividades de lazer preenchem ou podem vir a preencher.

Enquanto Malinowski, tendo a cultura como objeto central de estudo, recorre ao princípio da satisfação das necessidades, Marx, buscando explicar o funcionamento do modo de produção capitalista, também parte, de forma particular, do mesmo princípio. Apesar de ter um objeto histórico a ser explicado, seus pressupostos são gerais a toda e qualquer sociedade:

“... para viver, é preciso antes de tudo beber, comer, uma habitação, roupas, e ainda outras coisas. A primeira realidade histórica é, portanto, a produção dos meios que permitam satisfazer tais necessidades, a produção da própria vida material, e isso constitui, na realidade, um fato histórico, uma condição fundamental de toda história e que devemos, hoje como há milhares de anos, executar dia a dia, hora a hora, simplesmente para manter vivos os homens” (7:23).

Marx, como Malinowski, não hierarquiza as necessidades: “... seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia.” (11:41). Além disso, a própria ação voltada para a satisfação das necessidades, alia-

da ao instrumento criado na busca da satisfação, bem como ao aumento populacional, geram novas necessidades. Ao mesmo tempo em que não estabelece diferença entre as necessidades humanas, ele as vincula historicamente. Em outra passagem diz: “... as necessidades espirituais e sociais cujo número e extensão são determinados pelo nível geral da civilização.” (11:262)

Essa vinculação é explicitada de maneira mais precisa. Acreditando que os indivíduos não buscam a satisfação das necessidades de maneira mecânica, ele afirma que a opinião do consumidor “... repousa nos seus meios e suas necessidades, que são determinados pela sua situação social; esta depende por sua vez da organização social em seu conjunto.” (9:35).

Assim, por um lado as necessidades estão, na sua forma mais genérica e natural, ligadas à sobrevivência dos indivíduos. Por outro lado, elas são diferenciais e continuamente transformadas pelas condições sociais vividas por esses indivíduos.

Se Malinowski introduziu a idéia de respostas culturais na equação necessidades/satisfação e Marx a de trabalho e produção, uma outra abordagem, a que Baudrillard utiliza para explicar um dos aspectos do modo de produção capitalista, o consumo dos objetos, introduz a idéia de diferenciação. Refuta a mística da igualdade vinculada à ideologia da “sociedade do Bem Estar” e propõe uma fórmula teórica que recorre a estruturas formais para explicar a equação necessidade/satisfação na “sociedade de consumo”. Para ele,

“Tanto na lógica dos sinais como na dos símbolos, os objetos deixam de estar ligados a uma fun-

ção ou necessidade *definida*, precisamente porque correspondem a outra coisa, quer ela seja a lógica social quer a lógica do desejo, às quais servem de campo móvel e inconsciente de significação.” (1: 113).

Restrito ao plano sociológico do problema, o autor descarta a utilização da necessidade, enquanto categoria, substituindo-a pelo desejo, exatamente porque acredita apenas na “necessidade da diferença”. Fazendo uma analogia com sintomas psicossomáticos, o desejo passa a ser, para ele, a categoria fundamental da “sociedade de consumo”. Sempre referenciando as suas colocações à sociedade atual, o processo de satisfação das necessidades, através da “circulação, a compra, a venda, a apropriação de bens e de objetos/sinais diferenciados constituem a nossa linguagem e o nosso código, por cujo intermédio toda a sociedade *comunica a fala*.” (1:118) Assim, tal processo, veiculado através dos objetos se faz sob três “lógicas” diferentes: a lógica do valor de uso, do valor de troca e a lógica social, sendo que toda a proposta de explicação fica centrada apenas na última.

A sociedade de consumo acaba, para Baudrillard, eliminando a conexão existente entre o objeto e a sua função definida, para dar lugar a uma outra: entre os objetos e a lógica social ou a lógica do status. Com essa perspectiva, ele procura superar a “noção de utilidade, de origem racionalista...” (1:51) pelo consumismo supérfluo e irracional,

por uma “... lógica da produção e da manipulação dos significantes sociais.” (1:82-3) sem considerar o consumo como parte da atividade produtiva, restringe-se ao consumo dos objetos/sinais que, simultaneamente, diferenciam e identificam o indivíduo na medida em que, permitindo a sua filiação a determinado grupo social, distingue-o dos demais*.

Esse processo de diferenciação, dado pelo código social dos objetos, é vivido de maneira intencional e consciente pelos consumidores.

“Diferenciar-se equivale sempre a instaurar a ordem total das diferenças, que constitui sem mais o fato da sociedade total e ultrapassa inelutavelmente o indivíduo. Ao distinguir-se na ordem das diferenças, o indivíduo restabelece-a, condenando-se, portanto, a inscrever-se nela só de modo relativo.” (1:84)

No nível consciente, a aquisição dos objetos aparece para o indivíduo como liberdade de escolha e de opção, como a satisfação de uma aspiração pessoal. O processo simultâneo de identificação e diferenciação que se verifica ao nível do consumo não permite chegar a uma “solidariedade coletiva”. (1:129) Sob um aspecto, o consumo é individual e individualizante; sob o outro, ele apenas agrega os indivíduos sob um código; agrega porque diferencia.

Na medida em que esta análise parte da categoria consumo, que já é resultado, ela não retém condições para uma expli-

(*) Antecedentes teóricos dessa abordagem (12). Buscando entender o lugar e o valor dessa classe como fator econômico, Veblen recorre ao elemento constante no seu processo de formação: um código social baseado, entre outros aspectos considerados mais importantes por ele, na posse e uso dos bens. Este código orienta “a relação de status” entre os diferentes grupos sociais.

cação suficiente dos grupos sociais e, muito menos, para a análise das classes sociais. Para ele, a contradição peculiar ao sistema capitalista foi resolvida pela diferenciação.

“A eficácia política não consiste em fazer reinar a igualdade e o equilíbrio onde antes imperava a contradição, mas em conseguir fazer dominar A DIFERENÇA onde antes havia contradição. A solução para a contradição social não é a igualização, mas a diferenciação.” (1:145)

Na mesma proporção que a essência do social passou a ser o status, a estrutura de classes foi substituída, pelo autor, por uma estrutura de status.

Constatando que existe um permanente desequilíbrio entre a produção e as necessidades que, por sua vez, são “ativadas pela diferenciação pessoal e pela exigência de status” (1:89), o autor acredita num estado crônico de pauperização psicológica. Sem discriminar as “necessidades reais” das “necessidades artificiais”, a equação produção/satisfação das necessidades se limita, assim, à satisfação dos desejos, sendo introduzida a variável intermediária: diferenciação.

Como atribui a idéia de código social e de linguagem à satisfação das necessidades através dos bens pelos quais a sociedade atual se comunica e, como também, não explora o valor de troca desses bens e, muito menos, as condições diferenciais de aquisição por parte dos diferentes grupos, o autor fica limitado ao nível formal e aparente da relação produção-consumo. Considerando que um sistema social de sinais, ao nível próprio do consumo, veio substituir o “sistema bio-funcional e bio-econômico de

bens produtos (a nível biológico da necessidade e da subsistência)” (1:117), dissocia o circuito necessidade-produção-satisfação (consumo).

Apesar de afirmar “Quando se fala de Produção e Consumo — trata-se de *um só e idêntico processo lógico de reprodução ampliada das forças produtivas e do respectivo controle*” (1:122), o autor atomiza esses elementos que são componentes de um mesmo processo. Além das considerações já mencionadas, observando a existência de três aspectos no homem, enquanto trabalhador, poupador e consumidor, considera apenas o último como relevante. Esse raciocínio é permitido pela utilização de um modelo lógico-formal, na explicação de um processo histórico, concreto.

E o que é fundamental, a participação dos diferentes grupos nas relações de produção também é menosprezada. Acreditando que “. . . nas nossas sociedades diferenciais cada relação social intensifica a carência individual, porque toda a coisa possuída é relativizada na conexão com os outros” (1:97), deixa de analisar alguns aspectos essenciais. Um deles é a relação que existe entre a participação dos indivíduos no processo de produção e no processo de distribuição. Como esta relação é decorrente de determinadas formas históricas de relações entre os homens, a idéia de pobreza adquire uma especificidade que, sob determinadas circunstâncias, se manifesta sob a forma de carência real de bens na relação entre meios e fins.

Dissociando pobreza e quantidade de bens, Baudrillard não utiliza nenhum parâmetro, não diferencia um nível qualquer de subsistência de algum outro. Essa visão permite supor que não existe nenhum grupo social carente, em termos reais. Como tem um quadro de referên-

cia empírica limitado aos chamados "países desenvolvidos", às "sociedades de consumo", acaba por excluir todos os grupos carentes, que não existem apenas nos países considerados subdesenvolvidos.

As limitações apontadas nas propostas de Malinowski e Baudrillard nos levam a continuar a incursão no pensamento de Marx para resolver algumas questões que ainda permanecem. A primeira delas diz respeito à categoria que ele introduz na equação necessidades/satisfação: através do seu caráter de utilidade, o trabalho humano é sempre o veículo de intercâmbio entre o homem e a natureza na busca da sua sobrevivência. "... na produção, os membros da sociedade se apropriam dos produtos da natureza para as necessidades humanas; (...). A produção facilita os objetos que respondem às necessidades;..." (8:254). Nesse sentido, os homens são compelidos a realizar diversas modalidades de produção voltadas para o atendimento das diferentes necessidades, desde aquelas ligas à reprodução biológica do grupo, como também as necessidades intelectuais, estéticas etc.

Ao produzirem, os indivíduos não só consomem os meios de trabalho, enquanto objeto e instrumento, mas também as suas próprias energias, que, por sua vez, requerem uma nova produção para serem respostas. "A produção é, pois, imediatamente consumo; este é imediatamente produção. Cada qual é imediatamente seu contrário." (8:257) O consumo também dá lugar à produção porque "... cria a necessidade de uma nova produção..." (8:257). Ao mesmo tempo que uma determinada necessidade requer a produção para a sua satisfação, o ato de consumo que visa a satisfação torna a criar a necessidade de produção.

"Produção consumidora. Consumo produtivo." (8:257) A necessidade passa a ser, assim, a mediadora do processo de produção da subsistência de todo grupo social.

É nesse contexto que se localiza a falácia fundamental das concepções anteriores. Restringindo-se especificamente ao consumo, Baudrillard não dá conta da produção que o gera nem da produção por ele gerada; produção de energia, de necessidade de nova produção e até de novas necessidades. Malinowski, por sua vez, no processo de reificação realizado na análise funcional, transforma a categoria cultura num fenômeno autônomo, alterando-lhe a natureza.

Se buscamos entender determinadas manifestações sociais que ocorrem no modo de vida de um determinado grupo, temos que recorrer à análise dos mecanismos responsáveis pelo processo social mais amplo vivenciado por esse grupo. Partimos do pressuposto de que são as suas condições de existência que moldam todos os setores do seu modo de vida.

Na equação necessidade/satisfação, a produção propriamente capitalista não tem mais por objetivo primeiro satisfazer as necessidades dos homens, mas exclusivamente a necessidade histórica do lucro, que se faz através da mais valia. Dissimulada, ela se produz a partir de um trabalho realmente efetuado pelo trabalhador, mas que não lhe é totalmente pago. O valor da sua força de trabalho é calculado, supostamente, sobre a quantidade de trabalho necessário para a obtenção de um mínimo de meios de subsistência para a sua manutenção. Por outro lado, o trabalhador não produz objetos que satisfazem as suas necessidades, mas as necessidades de outros; o que dis respeito ao consumo do objeto produzido e à necessidade de lucro do pro-

prietário da sua força de trabalho.

O caráter histórico das necessidades humanas no capitalismo é dado pela própria essência desse modo de produção: o homem não se vê mais como portador de *necessidades*, mas de *uma* necessidade: a de dinheiro. "... o dinheiro é a (sic) *proxeneta* entre a necessidade e o objeto, entre a vida humana e os meios de subsistência". (10:153) As necessidades naturais são dissimuladas pela necessidade de dinheiro. E nesse contexto, a atividade de trabalho perde a sua forma natural que visa à satisfação das necessidades para dar lugar a um caráter fictício, alienante, o de ser o único meio de obtenção de dinheiro que, por sua vez, permite a apropriação dos objetos.

Esse raciocínio mostra que as necessidades, enquanto princípio e força orientadora das ações humanas, envolvem dois níveis: um, próprio da natureza humana em geral, que implica, indiscriminadamente, o conjunto de todas as necessidades constantes. Nesse nível, não existe ingerência histórica nenhuma. É o plano mais abstrato da orientação analítica e que é dado pelas próprias determinações gerais ao homem enquanto um ser animal e humano. É o dado primeiro da realidade social.

Na verdade, esse caráter genérico e universal detectado a partir da manutenção das necessidades no tempo e nas diferentes sociedades contemporâneas, manifesta-se de várias maneiras particulares. Nesse outro nível, próprio da natureza humana condicionada pelos mecanismos essenciais de sociedades determinadas, as necessidades são direcionadas para formas específicas de satisfação.

Consideremos, na busca do entendimento do lazer, as necessidades como sendo determinadas forças que levam os

homens a buscarem a sua satisfação no mundo exterior, tanto físico quanto social. Alimentação, habitação, vestuário, reprodução, repouso e comunicação são exemplos de forças que orientam as ações humanas para a conservação da espécie. Sua evolução e multiplicação não se dão ao nível das necessidades, propriamente, mas nas formas de satisfazê-las. O desenvolvimento das forças produtivas, liberando cada vez mais o homem de um estado de natureza, vai permitindo um refinamento e uma diversificação cada vez maiores nos meios de respostas às necessidades.

Nesse sentido, a sua manifestação, sempre histórica, é condicionada por determinações particulares que lhes alteram a essência. Os homens, além de passarem a produzir objetos e prestar serviços que visam a satisfação das necessidades, produzem diferencialmente. Voltemos à questão: existem diferentes necessidades humanas? São diferentes as necessidades para os diferentes grupos ou sociedades? O que parece ocorrer é uma transformação do estado natural das necessidades. São os desejos pelas formas de satisfação que se multiplicam e evoluem.

Essa metamorfose alcançou um grau máximo no capitalismo. Assim como os trabalhos concretos e as relações de produção são dissimuladas pelo fetichismo da mercadoria, as necessidades também são dissimuladas. As abordagens que, além de classificarem as necessidades para a espécie humana as escalonam entre os diferentes grupos, justificam as relações sociais que produzem uma situação onde a apropriação da produção social é que é diferencial. Acreditar que as necessidades do "trabalhador" se atêm àquelas que apenas permitem, num mínimo, a manutenção da sua força de trabalho — co-

mer, vestir e habitar — é, além de justificar o status quo, supor que existem diferentes naturezas humanas. A mistificação atinge um grau maior quando a existência de todas as necessidades é burrada através de uma única: a de dinheiro.

A necessidade fundamental do capitalismo — a de lucro — permeando o processo de influência recíproca que se dá através da interação social, produz desejos que evidenciam as posições e condições sociais produzidas pelos antagonismos das classes. Assim, as necessidades humanas, filtradas nas desigualdades, surgem como diferentes desejos. Enquanto aquelas não mudam, as suas manifestações através dos desejos se alteram continuamente distinguindo e diferenciando os indivíduos nos seus respectivos grupos *. O fato de estar com fome ou frio manifesta a necessidade. Porém, o fato de as ações se orientarem, a partir das necessidades, para elementos exteriores determinados, como um alimento específico ou um agasalho que preencha certos critérios, evidencia a manifestação transformada da necessidade humana e natural.

O componente social se introduz transformando todas as necessidades de acordo com as práticas e as normas coletivas próprias a cada grupo. Se, hipoteticamente, cada uma das necessidades pode encontrar a satisfação nos mais diversos objetos, na realidade, a margem de variação é bastante limitada pelo contexto social da sua manifestação. Assim, enquanto no plano mais abstrato a existência das necessidades revela a relação homem-natureza, ao nível concreto elas são metamorfoseadas pela relação social

que os homens produzem entre si. Nos dois aspectos, a necessidade é a mediação, partindo da relação que o homem mantém com o mundo exterior e mudando-o, aproveitando e transformando as circunstâncias do meio.

A dificuldade na discriminação entre os níveis das necessidades, isto é, entre aquele próprio à natureza humana e aquele dado pelas determinações histórico-sociais, reside no fato da interiorização das normas. Através dos processos de socialização, os indivíduos acabam por obter uma certa simetria ou até uma identidade entre o seu mundo interior, orgânico e psíquico, e o mundo social externo no qual estão sendo socializados. Nesse contexto, as necessidades humanas parecem deixar de existir para dar lugar apenas às necessidades dos meios de respostas que o grupo já desenvolveu.

Com essas linhas gerais de explicação para a produção da existência social, é necessário restringir o raciocínio para o entendimento do objeto central de estudo. De início será salutar fazer algumas considerações sobre a “sociologia do lazer” proposta por Dumazedier *. Acreditando que toda teoria sociológica decorre de uma teoria mais geral, que implica uma coerência lógico-dedutiva e engloba todo fato importante, este autor rejeita a possibilidade de produção de uma teoria sociológica do lazer para propor uma sociologia empírica, justificando-a através das divergências ainda existentes. Para isso, recorre, principalmente, às observações sistemáticas realizadas em pesquisas francesas e soviéticas. Essa postura, claramente positivista, remete-nos a algumas questões: até que ponto uma

* A análise feita por Baudrillard, como vimos, se atém a esse nível do fenômeno: a necessidade do sistema de diferenciar e hierarquizar os indivíduos.

* Desenvolvida de maneira mais sistemática em (4).

proposta empiricista pode ser suficientemente explicativa? Será que, partindo das manifestações do real — no caso as atividades de lazer —, poder-se-á construir uma teoria? O fato de se considerar o lazer como uma atividade social tão distinta, que permite a produção posterior de teorias particulares e a constituição a priori de uma nova área, não implicaria uma postura onde o objeto social perde o seu caráter de totalidade?

Algumas das suas publicações (3) e (5) utilizam de imediato a definição funcional de lazer, colocada anteriormente, e que foi elaborada a partir das respostas que os informantes deram na pesquisa realizada pelo Centre d'Études Sociologiques na cidade de Annecy. Já o raciocínio desenvolvido em (4) parte de um estudo das manifestações lúdicas ou de ócio próprias às sociedades pré-industriais, da liberação de "tempo livre" em sociedades contemporâneas — soviética e francesa — e a sua ocupação em atividades familiares, sócio-espirituais e sócio-políticas para só posteriormente introduzir a "querela das definições".

Antes de irmos adiante com tal querela, duas ressalvas devem ser registradas. A primeira diz respeito à restrição que faz das atividades de lazer, como próprias à "civilização técnica" excluindo não só as "civilizações tradicionais" como também as sociedades rurais*. A outra consiste no caráter limitado dos seus pressupostos empíricos atuais, restritos a países que são diferencialmente planejados — planejamento normativo e indicativo — e considerados como desenvolvidos.

Com o objetivo de elaborar uma definição sociológica precisa, Dumazedier descarta, em primeiro lugar, a noção psicológica de lazer, para a qual "Todo comportamento em cada categoria pode vir a ser um lazer, mesmo o trabalho profissional." (4:89) Como essa noção confunde lazer e prazer, não permite a construção de um campo específico.

A segunda definição, de cunho econômico, que "situa o lazer em relação apenas ao trabalho profissional em oposição a este último" (4:89), também é colocada de lado por ele. Como engloba, no tempo liberado pelo trabalho, obrigações ligadas à família, campo da sociologia da família, ainda não permitiria a elaboração de um objeto distinto.

Quanto à terceira definição, que "exclui do lazer as obrigações doméstico-familiares" (4:90), ainda não é conveniente na medida em que, por outro lado, inclui as obrigações sócio-políticas e sócio-espirituais. Para ele, a ambigüidade e o caráter de exigência institucional existentes nessas atividades não permite considerá-las como lazer, mas sob uma outra categoria: semi-lazer. Além disso, o seu estudo requereria o auxílio da Sociologia Política e da Sociologia da Religião, o que não convém ao objetivo que, em última instância, é formalizar a proposta de constituição de uma "Sociologia do Lazer" através da constituição, em primeiro lugar, do objeto dessa área.

É certo que toda ciência diz respeito a uma ou outra classe de objetos. É certo também que todo objeto é produto do pensamento. A questão que se coloca no caso é *como* se constrói o objeto. E, no

* Esse aspecto é apontado em todas as publicações do autor utilizadas. Em (2) ele considera o lazer como sendo produto do progresso técnico, da industrialização, justificando pelo fato de que nas "civilizações tradicionais" tanto os jogos como as festas eram regulamentados por costumes e ritos sagrados.

que diz respeito à forma utilizada por Dumazedier, podemos, sem fazer uma análise exaustiva, apontar alguns vieses. Preso ao domínio aparente das manifestações sociais, ele força a divisão do real para justificar a “criação” de mais um componente na divisão do trabalho sociológico. Sem romper com o empirismo, ele rompe com o real, recortando a sua aparência pela percepção. Por outro lado, como o seu ponto de partida não é uma problemática teórica, toda a sua produção acaba voltada para a construção de um conceito operacional, cuja utilização, no máximo, é recheá-lo por atividades sociais que preencham as suas características, sem, entretanto, conseguir explicá-las. A perspectiva positivista assumida por ele implicou a utilização “da quase-totalidade das respostas de uma pesquisa sobre a representação do lazer numa população de 819 trabalhadores e empregados urbanos” (4:95), para constituir o objeto de uma sociologia que continuou sem um objeto científico.

Retornando às suas propostas, depois de todo o preâmbulo, Dumazedier desemboca nas mesmas idéias que já havia exposto nas suas obras anteriores (2), (3), (5). Só que dessa vez sem enunciar a definição, ele discute as características constitutivas do lazer, acreditando que, na ausência delas, ele não existe. Assim, o lazer seria

“... um conjunto mais ou menos estruturado de atividades com relação às necessidades do corpo e do espírito dos interessados: lazers físicos, práticos, artísticos, intelectuais, sociais, nos limites do condicionamento econômico social, político e cultural de cada sociedade” (4:94)

Em primeiro lugar, implicaria numa

livre escolha liberada das obrigações institucionais tais como as profissionais, familiares, sócio-espirituais e sócio-políticas. Seriam também atividades desinteressadas, sem fins utilitários, lucrativos ou ideológicos. Devem ser atividades que tragam, por si mesmas, um estado de satisfação e prazer. E, por último, para preencher a idéia “pura” de lazer, sem necessidade de serem consideradas como “semi-lazeres”, as atividades devem ter um caráter pessoal, isto é, devem responder às necessidades particulares do indivíduo.

A busca empreendida por Dumazedier para a constituição de uma sociologia empírica continua apontando algumas falácias. Considerando o lazer desta maneira, qual a garantia de encontrarmos, na realidade social, atividades que preenchem, simultaneamente, todas aquelas características?

Por outro lado, a elaboração de uma tipologia classificatória reforça a dificuldade de recorte da realidade. Se, como Dumazedier, considerarmos os lazers sob as seguintes categorias: físicos, manuais, estéticos, intelectuais e sociais (4:105), até que ponto poderemos encontrar atividades específicas que se enquadrem numa ou noutra?

O próprio fato do autor sentir a necessidade de construir uma categoria como a do semi-lazeres — para as atividades que têm um caráter ambivalente “... ora entre os lazers, ora entre as obrigações” (5:399) — revela, no fundo, a pobreza da sua proposta. A pretensa precisão positivista acaba por resultar numa proposta pouco operacional, não só pelo nível de abstração, mas também pela relevância que dá ao empírico, que é considerado como um pressuposto suficiente para o momento. Para outras si-

tuações, onde

“... a insuficiência ou inexistência de um equipamento recreativo ou cultural, a pobreza dos recursos de certos lazeres, o penoso de certas tarefas, (...) impedem ou retardam a liberação efetiva das horas de não-trabalho e o aumento (quantitativo ou qualitativo) do lazer possível no nível atual da nossa civilização”. (5:405)

é criada a categoria dos “lazer subdesenvolvidos”. Seriam situações onde as necessidades de lazer estariam insatisfeitas.

Um outro aspecto a ser apontado é a homogeneização que faz dos elementos sociais.

“Para estudar cientificamente as relações entre o trabalho e o lazer, faz-se, portanto, mister não conferir ao trabalho um valor privilegiado, porém tratá-lo *como uma determinante entre todas as outras determinantes sociais e culturais da civilização industrial*.” (5:411)

A abordagem funcionalista por ele adotada não permite, na verdade, detectar quais seriam os mecanismos essenciais responsáveis por determinadas manifestações do lazer. E, mais ainda, superestimando o lazer enquanto um fenômeno atual abrangente é objeto suficiente para permitir a constituição de uma disciplina, na busca de determinações chega a dizer que “... o lazer já não se contenta em coexistir com o trabalho. Doravante, condiciona o exercício do próprio trabalho.” (5:418)

Sua abordagem conduz a uma análise que se limita a relações bipolares

de coexistência tais como família e lazer, trabalho e lazer, televisão e lazer, livro e lazer etc. Ou ainda, os jovens e o lazer, os trabalhadores e o lazer e assim por diante. Não ultrapassa o pleonasma da realidade manifesta, pois se atém às condições empíricas de manifestação dessas atividades.

Se o conceito é um recurso heurístico que nos permite a compreensão do fenômeno — e compreender significa conhecer a sua estrutura —, a utilização da abordagem proposta por Dumazedier é insatisfatória. Seu conceito se identifica com um invólucro vazio para ser preenchido com as atividades que são desenvolvidas em função de determinadas necessidades, desde que realizadas distintamente de certas obrigações institucionalizadas. Esse conceito de lazer, desprovido de caráter histórico, parece buscar o seu conteúdo organizando o mundo da aparência.

Por sua vez, Baudrillard parece ir um pouco mais além quando analisa a questão dos lazeres na “sociedade de consumo”. De início, refuta algumas idéias, amplamente divulgadas e aceitas. Uma delas é aquela que considera o lazer como sendo o domínio da liberdade e que, como vimos, tem em Dumazedier um dos seus defensores. A outra implica uma visão dos homens que, por natureza, seriam livres e iguais uns aos outros. Por último aquela que considera o tempo como uma “dimensão *a priori*, transcendente e preexistente em relação aos conteúdos.” (1:255)

Tendo como pressupostos os aspectos que já analisamos anteriormente, ele parte da discussão sobre o tempo considerando-o como “... mercadoria rara, preciosa e submetida às leis do valor de troca”. (1:258) Tanto o tempo de trabalho, enquanto aquele tempo neces-

sário que se vende e se compra para a produção de mercadorias, como o tempo livre, enquanto "... tempo 'ganho', capital que pode render, força produtiva virtual..." (1:258). Nesse contexto, deixa de existir uma distinção essencial entre tempo de trabalho e tempo livre: "... as normas e os constrangimentos do tempo de trabalho se transferiram, em função desta comum lógica objetiva, para o tempo livre e respectivos conteúdos." (1:160)

Com esses parâmetros, o autor contesta as análises que consideram o lazer na sua manifestação aparente: englobando atividades criativas, deliberadas e livres. Essa perspectiva faz "... *do lazer a ideologia do trabalho alienado*." (1:263) Na realidade, o lazer se caracteriza por "atividades regressivas", enquanto próprias a formas de trabalho anteriores, e, mais ainda, pelo seu caráter forçado na medida em que reproduz o sistema de produção num cotidiano dominado.

Se, por um lado, ele vincula o lazer ao "consumo de tempo improdutivo" na medida em "... que o tempo livre *consumido* surge de fato como tempo de *produção*" (1:266) por outro, ele reporta as atividades aí desenvolvidas "Ao código de distinção, à estrutura de diferenciação..." (1:264). E é esse o nível a que se atém e que considera como fundamental.

Afirmando que "ninguém necessita de lazer" (1:266), acredita que, se os homens buscam não fazer nada ou fazer determinadas coisas durante o seu tempo livre, isto significa nada mais do que a realização de valores sociais distintivos. Apesar de estabelecer, em alguns momentos, uma conexão entre a produção econômica e a produção social, Baudrillard acaba por reduzir toda a problemática do lazer à "lógica da distinção".

O sistema de troca existente no tempo livre é desvinculado da troca de mercadorias para ser uma troca social de sinais e suporte material de significações. Para ele, é essa a particularidade que define o lazer atualmente.

Para um entendimento mais adequado de nosso objeto de estudo, parecemos mais salutar buscar um caminho que não seja nem organizado apenas pelo mundo da aparência, nem por um código lógico de diferenciação social. É a Marx que mais uma vez vamos recorrer.

Pelo exposto, podemos afirmar, em primeiro lugar, que o tempo liberado pela atividade de trabalho propriamente dita nas formações capitalistas é um tempo que retém o consumo e a produção. Consumo do tempo-mercadoria, do objeto-mercadoria e dos serviços. Produção de novas energias, da necessidade de nova produção e de novas necessidades.

O valor da mercadoria força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua própria manutenção, pois o ato de dispêndio da energia cria a necessidade de reposição, que, por sua vez, não requer apenas a alimentação, o abrigo, vestimenta etc. Requer também a recomposição através do sono, do descanso, da diversão e de outras atividades. A realização de todos esses aspectos se dá num tempo já calculado no valor da força de trabalho e, portanto, já pago pelo trabalhador no ato de venda da mesma.

Os princípios que norteiam a produção capitalista se estendem a todas as esferas da atividade humana. Para a produção das mercadorias, o capitalista utiliza ao máximo a força de trabalho vendida pelo trabalhador. Para manter a produção da mercadoria, deve-se também produzir um tempo necessário para a reprodução da energia física e mental.

Contabilizado no valor da força de trabalho, esse tempo não é, portanto, gratuito nem livre. Tanto o tempo diário além da jornada de trabalho, como o do fim de semana e o das férias é mercadoria e a sua utilização é orientada por determinadas normas produzidas pelo grupo.

Nesse tempo, o indivíduo não só repousa ou descansa consumindo somente o tempo, mas desenvolve atividades que requerem a aquisição e o consumo de objetos e de serviços, desde um mínimo ligado aos meios de subsistência, aos não-essenciais, que podem ser prescindíveis. É na esfera da produção, que lhe consome a energia, que ele produz o tempo liberado, as mercadorias e os serviços.

Consumindo o resultado da produção, o indivíduo recupera a energia consumida no trabalho, produzindo novas energias e a necessidade, uma nova produção. Pelas articulações todas que, nesse nível, desenvolvem-se entre os homens, criam-se necessidades de novos produtos, diferentes serviços etc. Somente nesse contexto podemos construir uma explicação suficiente para a problemática atual do lazer, enquanto determinadas atividades que se desenvolvem num tempo que, além de ser em si mesmo uma mercadoria, é veículo para circulação de outras mercadorias. E com esta natureza, o tempo tem duplo aspecto: valor de uso, na medida em que tem determinadas utilidades voltadas para a satisfação das necessidades, sendo que a mais geral é a própria recomposição da força de trabalho, e valor de troca, "porque nesse está corporificado, materializado, trabalho humano abstrato" (11: 45).

É com base nesses parâmetros que não podemos negar o fato de que todas as sociedades humanas produziram for-

mas de lazer. Se, para alguns, ele aparece como um fenômeno da industrialização, é porque o desenvolvimento do capitalismo implica, cada vez mais, a sua expansão a todos os campos da atividade humana fora da esfera da produção.

Se considerarmos outras formas de articulação social — por exemplo, no meio rural e nas sociedades tribais — havia e há uma unidade relativa entre todas as produções sociais. O conjunto das necessidades humanas, nesse contexto, pode ser satisfeito por meio de atividades mais integralizadoras. Em parte, como os grupos sociais se formam em outras bases e as relações são mais diretas e pessoais, as atividades desenvolvidas envolvem, de uma maneira ou outra, quase todo o grupo. Por outro lado, ao nível das atividades propriamente, não há uma autonomização. A realização de um processo de produção pode reter, ao mesmo tempo, aspectos místicos ou lúdicos.

O ritmo e a natureza das atividades diárias são impregnadas por aspectos considerados atualmente como lazer. A unidade relativa existente nas articulações sociais mais simples deve-se também à especificidade da categoria tempo que não tem o caráter de mercadoria. É apenas o reflexo natural dos ritmos da natureza, uma seqüência contínua que liga o passado ao presente, projetando-o para o futuro.

Independentemente do tipo de articulação social produzido pelo grupo, as necessidades humanas perdem o seu caráter orgânico e natural para adquirirem um caráter histórico e social. Mas so com a capitalismo é que as diversas necessidades passaram a ser satisfeitas através das mercadorias. E no caso específico das atividades que são caracterizadas como lazer, todas elas, sem exceção, passaram a reproduzir esse processo mais amplo.

Quais as atividades que poderiam ser caracterizadas como lazer? Um dos aspectos que devemos abordar diz respeito à sua relação com o trabalho. Acreditamos que a relação existente aí não é a de oposição, como alguns autores a vêem. O tempo de trabalho requer um tempo de não-trabalho; a atividade de trabalho requer a realização de outras atividades para que ela possa se repetir. Na realidade, é um processo único. Entre o tempo de trabalho e o tempo de não-trabalho existe uma unidade muito particular.

Durante o tempo de não-trabalho, os homens desenvolvem uma variedade de ações ligadas a todas elas, à satisfação de determinadas necessidades. Eles se transportam, preparam os alimentos, comem, fazem a sua higiene, dormem, mantêm relações sexuais etc., ações estas ligadas à reconstituição e reprodução da

força de trabalho. Com aquele mesmo objetivo, existem outras: eles passeiam fazem e ouvem música, jogam e assistem jogos, lêem e escrevem, dançam, fazem e assistem filmes etc.

A busca de explicação da manifestação contemporânea dessas atividades, ligadas à recreação, ao entretenimento, à criatividade, ao divertimento ou ao descanso, levou certos sociólogos a contribuir para o seu obscurecimento. Dominadas pelo "reino das mercadorias", tais atividades passaram a se realizar tão separadas de outras esferas — como o trabalho, a religião e a família — que apareceram, aos "olhos míopes", como um novo fenômeno social. Equacionada nesses termos, a problemática tem assumido uma dimensão falsa, enquanto inserida e pressupostos empiricistas e atomizadores.

PERSPECTIVAS/18

FALEIROS, M.I.L. Rethinking the leisure. *Perspectivas*, São Paulo, 3: 51-65, 1980.

ABSTRACT: Considering the existence of a particular unity between "work time" and "no-work time", leisure is considered as a necessary moment to the reposition and reproduction of work force.

UNITERMS: Work and leisure; leisure and reposition of work force; leisure and necessities; Leisure and satisfaction.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BAUDRILLARD, Jean. *A Sociedade de consumo*. Lisboa, Edições 70, 1975.
2. DUMAZEDIER, Joffre. *Ambigüité du loisir et dynamique socio-culturelle*. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Paris, PUF, 22, 1975.
3. DUMAZEDIER, Joffre — *Lazer e cultura popular*. São Paulo, Perspectiva, 1973a.
4. DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologie Empirique du loisir: critique et contre-critique de la civilization du loisir*. Paris, Éditions du Seuil, 1974.
5. DUMAZEDIER, Joffre. Trabalho e lazer. In: FRIEDMANN, G. & NAVILLE, P. *Tratado de sociologia do trabalho*. São Paulo, Cultrix/EDUSP 1973b. vol. 2.

6. MALINOWSKI, Bronislaw. *Uma teoria científica da cultura*. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
7. MARX, Karl. *A Ideologia alemã*. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.
8. MARX, Karl. *Contribucion a la critica de la economia política*. Madrid, Alberto Corazon, 1970.
9. MARX, Karl. *Miséria da filosofia*. São Paulo, Exposição do Livro, s.d.
10. MARX, Karl. Necessidades, produção e divisão do trabalho. In: MARX, Karl — *Manuscritos econômicos e filosóficos*. Apud FROMM, Erich — *Conceito marxista do homem*. Rio de Janeiro, Zahar, 1962.
11. MARX, Karl. *O Capital*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. Vol. 1.
12. VEBLEN, Thorstein. *Teoria de la clase ociosa*. México, Fondo de Cultura Económica, 1951.

Recebido para publicação em 20/05/80